



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

## ATA N.º 03/Quadriénio 2017-2021

Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presentes, José Carlos Barros, Presidente da Assembleia Municipal, João Manuel Lopes Rodrigues, Primeiro Secretário, Maria Alexandra Martins do Livramento, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, do PS e da CDU, nomeadamente Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro, José Estêvão Correia da Cruz, Ricardo José Madeira Cipriano, Rui João Gutierrez Setúbal, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, Luís Filipe da Palma P. Rodrigues, Miguel Moreira da Costa, Vilma Sara Flores Dourado, Vera Lúcia Romão Corvo, João Carlos Calvinho Lopes Viegas, Vasco Ricardo Salas Vasques, António Manuel Cipriano Cabrita, Sónia Isabel Pereira Vasques, Armando José Parra da Silva, Paulo Alexandre Calvinho Conceição, David Miguel Vasques da Silva, Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança, Joel David Ferreira da Cruz, Raúl Jorge Belião Nogueira, Ricardo Catarino Serrano dos Reis e Luís Filipe Antunes Rodrigues, e conforme Edital de 15 de fevereiro de 2018, reuniu, em sessão ORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António. -----

**ABERTURA DA SESSÃO:** O 1º Secretário procedeu à chamada. Na bancada do PSD Lara Sofia Vairinhos Rosa foi substituída por David Miguel Vasques da Silva e António José Cardoso Gomes foi substituído por Joel David Ferreira da Cruz; na bancada da CDU registou-se a ausência de Gabriela Alexandra Gonçalves, que foi substituída por Vasco Ricardo Salas Vasques. -----

Deu-se início ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que, como é do conhecimento dos senhores deputados, nos termos da lei, até à aprovação de um novo regimento da Assembleia Municipal, mantém-se o que está em vigor. Também, nos termos legais, compete à mesa, se assim o entender, propor a constituição de um grupo de trabalho para a

72 *Mano*

elaboração de um novo regimento e é isso que propõe neste momento. Propõe a criação de um grupo de trabalho para a elaboração de um novo regimento. A proposta é que este grupo de trabalho seja composto por um elemento de cada bancada e, para se obter um número ímpar, por dois elementos da mesa. Como é uma proposta oral, não seria necessário que os nomes fossem já decididos. A proposta iria no sentido de que, durante próxima semana, cada grupo, se assim o entendesse, indicasse um nome e, nos termos desta proposta, esperava-se que este grupo de trabalho tivesse uma proposta de regimento, de alteração de regimento, a apresentar à próxima Assembleia ordinária de abril. Antes, de passar à votação desta proposta, perguntou se alguém queria intervir neste ponto. Pensa que a proposta é relativamente consensual. Também propunha que houvesse dois membros da mesa para ver se se consegue ter alguma dinâmica. Verificou-se que no mandato anterior, havia alguma dificuldade que as diferentes bancadas participassem nas reuniões. A proposta é esta: grupo de trabalho para a elaboração de uma nova proposta de regimento. Essa proposta de trabalho deverá ser apresentada até abril, até à próxima reunião ordinária. O grupo de trabalho devia ser composto por dois elementos da mesa, um de cada bancada, e os nomes deverão ser indicados durante a próxima semana à mesa. E colocou a proposta a votação. A proposta foi aprovada por **unanimidade**. -----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** tomou a palavra para pedir que se fizesse um minuto de silêncio e que se elaborasse um voto de pesar pelo falecimento de Carlos Silva e Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, uma pessoa que fica com o seu nome marcado e ligado à defesa do Algarve e das suas realidades locais e, além disso, não só na política, como noutras áreas empresariais, recreativas e culturais. E era um indivíduo extremamente envolvido em toda a atividade do Algarve. Portanto, sugeria e pedia que se fizesse um minuto de silêncio e que se formule um voto de pesar pela morte do Dr. Carlos Silva e Sousa. -----

O Sr. Deputado Municipal **José Estêvão Correia da Cruz** disse que ele e a sua bancada se associavam a este minuto de silêncio e queria dar testemunho de que as palavras do Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita**, em relação ao Dr. Carlos Silva e Sousa, são extremamente merecidas, e teve a oportunidade de conviver muito com ele e dá testemunho de que era uma pessoa que, defendendo as suas convicções com bastante qualidade e sempre firmeza, era uma pessoa que tinha facilidade real com os outros. Assim, associa-se ao proposto. -----

A Sra. Deputada Municipal **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** disse que queria subscrever na íntegra, de forma pessoal, e cria que também da sua bancada. Também conheceu pessoalmente o Dr. Carlos Silva e Sousa. Afirmou que tem familiares em Albufeira que privavam bastante com ele. Portanto, lamentava bastante a perda. Disse que são estas as atitudes da vida inesperadas, e subscrevia na íntegra tanto o voto de pesar como o minuto de silêncio. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** constatou que a proposta foi consensual e, nos termos da proposta, disse que se estava a pedir à mesa que elaborasse o voto de pesar, o que a mesa fará, e declarou que se fizesse um minuto de silêncio. -----

A Assembleia Municipal observou um minuto de silêncio. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, deste voto de pesar, se dará conhecimento e se transmitirá à família, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Albufeira. -----

O Sr. Deputado Municipal **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues** disse que gostaria de começar por aquilo que foi a resposta da Sra. Vereadora Carla Sabino à interpelação colocada pelo Sr. Vereador Álvaro Leal acerca do encerramento da Escola António Aleixo. Queria fazer um parêntesis e fazer aqui uma ressalva, relativamente à Vereadora porque já era a segunda vez que ela refere que a sua ordem de trabalhos só teve início no dia vinte e três de outubro, ou seja, está aqui a querer desligar-se daquilo que é um cargo público e parecia-lhe que não queria dar continuidade àquilo que foram os trabalhos realizados pela anterior Vereadora responsável pelo pelouro da educação que, por acaso, é a atual Presidente. Recordou que, no dia 16 de setembro de 2017, foi colocada nesta Assembleia a questão relativamente ao encerramento daquela escola e foi respondido que, depois de consulta com a atual Presidente, o anterior Presidente da Câmara, Luís Gomes, respondeu que aquela escola fazia parte da Carta Educativa e que, com certeza, não iria fechar. Ou seja, já a atual Vereadora andava em campanha quando isso foi aqui apresentado. Relativamente aos argumentos que foram mencionados para o encerramento da escola, um deles é o impeditivo legal para o transporte de alimento até à escola. Gostaria que ficasse em ata, ou seja, gostaria de saber que impedimentos legais são esses que impedem, por exemplo, de serem os alunos a abandonarem uma escola e a apanhar um autocarro para ir almoçar a outra escola e não ser, literalmente, a alimentação a ir ter com os alunos. Recordou que a Creche de Santo António recebe as suas refeições que vêm da Borboleta, por exemplo. Na elaboração da resposta, e de tornar uma decisão consistente, a Vereadora nomeou que fora recolher junto do Centro



de Saúde os resultados da natalidade e que recolheu desde 2014, ou seja, o corte na Carta Educativa foram elencados os últimos sete anos. Ou seja, aqui foram elencados apenas cinco e gostaria de saber qual é a fiabilidade destes dados vindos do Centro de Saúde. Depois, basta olharmos para a Carta e, no último parágrafo, está perfeitamente demonstrado aquilo que é o sentimento de todos que, infelizmente, a decisão está tomada e aquilo a que estamos a assistir foram apenas manobras de diversão. Este ponto está encerrado. Relativamente ao concurso público de concessão, construção e de exploração da renovação dos polidesportivos do Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António, aquele contrato, na cláusula nove, refere que é interdito ao adjudicatário ceder a terceiros distintos da Sociedade Modelo Continente Hipermercados, ou seja, gostaria de perceber o ponto quarto da cláusula nove, quais são as contrapartidas desta cláusula para o município, visto que o contrato é feito com outra entidade que não o Modelo Continente, qual é a contrapartida da existência desta cláusula neste contrato. Depois, é de referir que estamos a falar da implementação de uma grande superfície naquela que é uma das zonas mais nobres da nossa cidade e gostaria de perceber como é que um espaço que é de todos consegue ter um valor comercial mais baixo do que aquele que têm os particulares. Lembrou que há zonas, como o antigo Paga Pouco, no Bairro do Lazareto e ali há muitas zonas que não estão construídas que permitiriam, por exemplo, a implementação de um hipermercado desta envergadura. Depois, aquilo que são os argumentos para implementação desta grande superfície aqui foram argumentos como a concorrência, ou seja, a concorrência não existe dos hipermercados grandes para os pequenos, ou seja, aquilo que são os bens de primeira necessidade, os hipermercados têm de ser muitos mais baratos que todos os outros, não há qualquer tipo de concorrência, ou seja, e isto faz-se sempre à custa daquele que é o produtor, ou seja, nada disto se faz pelo facto de que os produtos tenham uma pequena margem, não: isto é feito à custa do produtor. Outra coisa de que se falou como argumento seria uma coisa que é a criação de quarenta postos de trabalho, foi mencionado na promoção deste espaço e refere que na cláusula oito, ponto um, alínea i, deste mesmo contrato, fala apenas da criação de dez postos de trabalho. Gostaria de perceber onde é que estão os outros trinta postos de trabalho. Relativamente às contrapartidas, fala-se de dois polidesportivos e gostaria de perceber aquilo que são os equipamentos, tais como tabelas, balizas, pisos, etc., se eles estão incluídos naquilo que é o contrato, não são referidos no contrato. -----

O Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** disse que ia fazer as críticas construtivas. Perguntou quando é que a Câmara Municipal pensaria restabelecer a luz no Campo sintético, no campo ao lado do pavilhão, que ficou desligada após a demolição do Complexo Desportivo. Perguntou também quando é que pensam colocar luz no campo já construído com os blocos, em Monte Gordo, os jovens querem jogar à bola e não têm onde, às vezes, vão para Cacela jogar futebol. Perguntou ainda quando pensam reparar a iluminação na rua ao pé do Centro de Saúde, estão umas quantas lâmpadas fundidas já há vários meses. Perguntou ainda se é possível podar as árvores na Avenida da Catalunha, porque há pessoas a reclamarem que fazem grandes sombras e não apanham sol. Perguntou ainda se era possível colocar umas quantas lombas na Rua das Baleares, ou sinais de velocidade, trinta à hora, porque aquilo, desde que foram para lá morar nesses blocos novos, aquilo é ali um rally quase todos os dias. Sai uma criança de casa, ou detrás de um carro, é atropelada e depois acontece situações que um não espera. Perguntou ainda à senhora Presidente se já estava em posição de responder à questão que tinha colocado aqui, na primeira assembleia, sobre o alargamento da paragem em Monte Gordo. Aquela é pequena e as pessoas não cabem todas ali. Informou passar às críticas. O que é que pensam fazer com as obras nos jardins em Monte Gordo? Já foi aqui dito e vão apanhar com esta conversa cada vez que há uma assembleia, pela menos da sua parte. Aquele jardim, o Hotel Guadiana está parado, está embargado, está parado, o que é que esperam, como é que podem responder àquela situação, visto que, pelo caminho que leva, na sua opinião, vai ser uma lixeira a céu aberto em Monte Gordo, vai ser um monte de lixo. Gostaria também de saber, a CDU, o que é que esperam fazer naquele espaço dos restaurantes que foram demolidos na Praia do Coelho, restaurante do Cantanhede, do Belchior. Quanto à questão do polidesportivo, não se preocuparam em arranjar alternativas para a cidade, primeiro, mais uma vez, primeiro jogam abaixo, depois logo se vê. Foi como os jardins, jogam abaixo e, depois, logo se vê se se pode fazer alguma coisa ou não. -----

O Sr. Deputado Municipal **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** disse que, enquanto membro desta assembleia, tinha sido abordado por alguns munícipes surpreendidos pelo contrato de prestação de serviços entre a SGU e o senhor João Rodrigues. Atendendo aos valores globais envolvidos nesse contrato, é-lhe perguntado o teor das funções que o contratado, senhor João Rodrigues, está a exercer sem que ele consiga responder. Após consultar o referido contrato, constata que o ponto um, da segunda cláusula, refere: prestação de serviços de assessoria no âmbito de ocupação de espaço



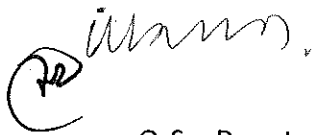
público e licenciamento. Sem querer fazer qualquer juízo de valor quanto às eventuais competências do senhor João Rodrigues, muito agradecia que a senhora Presidente o clarificasse quais são efetivamente as funções que ele exerce para poder responder a quem pergunta e até porque somos nós todos a pagar. Ou seja, ao abrigo do princípio da transparência, com que, tem a certeza, concorda, por não se perceber a necessidade de tal assessoria, solicita à senhora Presidente que diga para que funções o senhor João Rodrigues foi contratado por valores tão expressivos, ou seja, três mil euros mensais, acrescidos de IVA, ao longo de vinte e quatro meses, mais dois mil novecentos e cinquenta euros de valor estimado para deslocações.-----

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques**, em nome da sua bancada, apresentou um pedido à mesa, uma requisição de informações que a sua bancada solicita à senhora Presidente e para que todos tenham conhecimento, não leu, mas informou do que se trata, ou seja, o pedido de informação tem a ver com os processos, com contratos de adjudicação direta com várias empresas de advogados, tanto a nível do município como da SGU. Por acaso, aqui estão discriminados todos os contratos de que se pede os elementos e o que solicitam é o ponto de situação dos processos a que atêm estes contratos e com cópia de todos os acórdãos já emitidos pelos tribunais, assim como a data de todos os pagamentos efetuados no âmbito de cada contrato e a identificação dos processos. Solicitam ainda, além das empresas de advogados que estão todas discriminadas, vai ser fácil, com uma empresa, ou seja, uma adjudicação direta entre a SGU e uma consultora sobre um processo de refinanciamento, este contrato também está envolvido, assim como, referente à SGU, e uma empresa que é de CESAPA, solicitam a entrega do caderno de encargos, deliberação do administrador delegado sobre o convite à entidade, resposta da entidade ao convite, despacho de aprovação e adjudicação, e despacho de aprovação e minuta de contrato. E disse entregar à mesa para reencaminhamento para quem de direito e aguardavam a devida entrega dos documentos. Apresentou ainda uma questão direta, que tinha a ver com um destes contratos, estes contratos nem todos estão estipulados o objeto a que se dedicam, ou seja, o processo. Mas há um que lhe chamou à atenção porque é recente, é de agosto, e tem a ver com uma assessoria jurídica no processo de reabilitação do Hotel Guadiana. Tendo em conta que é um hotel que se está inaugurando, daqui a dois meses, sensivelmente, pensa, gostava de saber, ou gostavam de saber, exatamente, o que é que se passa, para estar aqui no âmbito do jurídico alguma situação que poderá estar envolvida. Na assembleia de vinte e oito de novembro, foi a primeira, vieram vários pontos a esta assembleia, inclusive uma

renovação de contrato com um gestor de energia. Essa assembleia só deu os documentos para efetuar a renovação, foi referido que não havia documentos de suporte que justificasse a renovação, foi solicitado os relatórios e tudo o mais. Esse relatório chegou. Chegou o relatório, há uma semana, sensivelmente, foi enviado. Percebeu por que é que o relatório não fazia parte dos documentos de renovação porque ele data de doze de janeiro de dois mil e dezoito, quando a renovação foi em setembro de dois mil e dezassete. Contudo, o mínimo que poderia fazer era prestar algum tempo a este relatório, que são nove páginas, e que vem todo ele suportado numa lei que está revogada desde o dia um de dezembro de dois mil e treze. Portanto, o relatório está completamente obsoleto. Temos uma renovação de contrato, de um senhor que esteve seis anos de funções, já faturou oitenta e três mil euros e entrega um relatório obsoleto. Gostava de poder entender o que se faz agora. É tudo. -----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** disse que, antes de poder continuar, precisava primeiro de saber se já tinha dado entrada na mesa a resposta a dois requerimentos que tinha repetidamente colocado à questão, com a data de setembro de dois mil e dezasseis, sobre o estacionamento tarifado em Vila Real de Santo António, e o segundo, é mais recente, é de meados de dois mil e dezassete, sobre a questão de um filme que foi produzido a expensas da Câmara Municipal. Gostava de saber se já houve essa resposta ou não. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou o senhor deputado e a assembleia municipal de que sobre estes dois requerimentos não havia resposta da Câmara Municipal e que a Senhora Presidente lhe tinha pedido para intervir relativamente ao assunto, o que faria posteriormente, mas a resposta é: não há resposta a estes dois requerimentos. Tendo o Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** questionado se isso significava que a Sra. Presidente ia intervir relativamente a esta questão, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** disse que significava que, nos termos da lei, competia à Assembleia Municipal informar a Assembleia sobre o andamento dos processos e que, nos termos da lei, o senhor deputado tinha, como era do seu conhecimento, os mecanismos que lhe permitiam atuar em conformidade com o que entendesse, face a esta informação que a Assembleia lhe estava a prestar. Ou seja, que as competências da Assembleia Municipal e do Presidente da Assembleia Municipal, relativamente aos requerimentos que são solicitados à Assembleia Municipal, é dar conhecimento à Assembleia Municipal do seu andamento, o que estava a fazer. -----



O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** disse que ia aguardar pela resposta que ia ser dada. Tratando-se de um requerimento, esperava que viesse a ser uma resposta escrita, na medida em que pensava que a matéria iria merecer algum cuidado de análise da sua parte e, se calhar, da parte de mais algumas pessoas. Gostaria, então, deixando essa parte de lado, de referir aqui duas situações, uma chamada de atenção, primeiro tinha a ver a questão da localização e falta de visibilidade das passadeiras para peões. Verificou que, ao longo do último mandato, e já neste mandato, foram gastas algumas dezenas largas de milhares de euros em estudos de trânsito. E aquilo que se verifica é que a localização das passadeiras é perfeitamente anacrónica em cima de cruzamentos. E, a ajudar, com a falta de visibilidade tremenda, especialmente pelo facto, por força, por via das poupanças serem implementadas nomeadamente a nível da questão de iluminação elétrica, de iluminação, elas ficam praticamente invisíveis e, na altura do lusco-fusco, quase que ninguém vê que existe uma passeira, e as pessoas e os peões, também com pouco sensibilidade para a sua própria segurança, atravessam-se, pode e já têm, infelizmente, provocado alguns acidentes. Gostaria de chamar a atenção que é importante poupar, mas a vida humana tem um preço superior a este tipo de poupanças e a falta de visibilidade e a sua localização é um ato de alguma imprudência que merece ser visto pela Câmara e que, realmente, estranha que, com tantos estudos de estacionamento e de circulação, as empresas não tenham chamado a atenção para esse facto ou, pelo menos, se chamaram não existe reflexão ao longo destes anos. Depois, foi colocada aqui pela bancada da CDU uma questão que tem a ver com a substituição parcial dos polidesportivos por um estabelecimento comercial, e importa referir aqui e agora que a posição do Partido Socialista foi tomada em tempo oportuno nesta assembleia, tal como é do conhecimento, mas há duas ou três questões que não pode deixar passar em claro. Primeira, houve agora uma justificação para fazer esta obra fundamentalmente por duas ordens de razão, uma tem a ver com a degradação do Complexo Desportivo, que saiba, que saibamos, o Complexo Desportivo é propriedade do município e é o município ou a entidade a quem foi entregue a sua gestão, neste caso a SGU, que deveria, a quem cabia, que tinha a responsabilidade de fazer essa manutenção, se a manutenção não foi feita, só há um culpado e é esse próprio culpado que vem apresentar o argumento para fazer este negócio, negócio este que é absolutamente legal tal como foi provado depois de uma providência cautelar entregue por alguns vila-realenses. É uma resposta que a Câmara fez chegar recentemente, embora a resposta seja de outubro, está perfeitamente determinado. Outra questão que justifica muito é todo este empenho que

illegible. 10

tem a ver com a criação de quarenta postos de trabalho que já aqui foi questionada pela CDU. Mas gostaria de deixar aqui uma preocupação porque pensa que não foi medido o impacto que uma cadeia deste género pode ter, a ser verdade, a instalação de algum tipo de negócio que lá poderão ser instalados, face ao tipo de estabelecimento, está ainda para ver, poderá ter no emprego nas microempresas vila-realenses, além de que também não sabem qual vai ser o impacto que irá ter em dois estabelecimentos, fundamentalmente um que fica mais localizado na zona norte da cidade e outro que fica no centro da cidade. De facto, ficasse com um estabelecimento, uma cadeia nacional com uma pujança e com uma força financeira a fazer concorrência direta a uma cadeia local, pelo menos no mesmo ramo, e que entre estas duas entidades que está a referir e, pondo nomes às coisas, sem fazer publicidade, que é o Corvo & Corvo e o Intermarché, pensa que, se calhar os quarenta postos de trabalho que estão a ser criados lá existam mais e que tem algum receio que estes quarenta, se forem criados, possa ter algum impacto negativo nestas empresas e também em muitas micro pequenas empresas e isto queria deixar aqui este alerta. Tal como já disseram em devido tempo, têm algumas reservas relativamente a este empreendimento, pela sua localização, pela sobrecarga que essa localização traz para toda esta zona, que é uma zona já de si sobrecarregada, tiveram a ocasião de dizer isso, mas, na altura, a maioria que era maior, levou a avante e tomou as decisões legitimamente e democraticamente. Agora, não queriam deixar esta oportunidade de, uma vez que a obra está a ser iniciada, de dizer que não aceitam a justificação que foi dada porque realmente essa responsabilidade era de quem era e que preocupa-os a situação do emprego. -----

O Sr. Deputado Municipal **João Carlos Calvinho Lopes Viegas** disse que pedia desculpa de referir no tempo, de regressar um bocadinho ao início desta assembleia, nomeadamente da tomada de posse dos senhores deputados, queria, antes de mais nada, dizer que não vinha aqui buscar inimigos, vinha buscar adversários, isso até lhe dava prazer, inimigos nada até porque era professor e já estava armado porque o chefe máximo do mundo já disse que os professores podiam ser armados. Ia referir-se concretamente ao senhor, hoje Presidente da Mesa, naquela altura, e quando foi empossado, ainda foi para a mesa em consequência de ter sido a pessoa mais votada. Bem, a questão é a seguinte: não acredita que, há dois ou três dias, o Partido Social Democrata tenha feito o mesmo tipo de votação que foi feito para a Mesa da Assembleia, desta Assembleia. Aqui a questão é que votou-se nos joelhos, votou-se, quem quis, por detrás de um reposteiro, sabe que estavam num palco, mas era o palco da vida, e a coisa era mesmo real, e que houve constrangimentos na votação. Não se importa e

respeita a Mesa que aí está, até poderia querer ir votar nos membros desta Mesa, mas, depois, sentiu-se constrangido em levantar-se, ou em votar ao lado dos seus colegas, não é do Partido Socialista, mas teve receio, quer dizer, não ficava bem ele votar noutra Mesa, nomeadamente na Mesa que foi eleita. Agora, se isto não fosse tão cómico tinha o seu de quê. A sua questão é a seguinte: é que o senhor Presidente não é de cá, mas é-lhe indiferente, quem gosta de Vila Real gosta de Vila Real. A questão é a seguinte: é que os vila-realenses têm uma trajetória, até ao 25 de abril, de grandes lutas políticas pela democracia e pelo voto secreto e pela liberdade e os constrangimentos que houveram naquele dia fizeram com que ele abandonasse a sala e, no fim, o seu voto também entrou, nem sabe que voto é que fez, não sabe o que é que se passou. Não passou de uma trapalhada. Aquilo que se passou foi uma trapalhada autêntica. E a seriedade da questão é que centenas de vila-realenses lutaram pela democracia, os exilados, outros que fugiram à guerra e muitos outros que nunca mais regressaram sequer. As formas da democracia são tão importantes, e não está a dizer nada que o senhor Presidente não soubesse, as formas da democracia são tão importantes como os conteúdos e aquela forma ele não gostou. E está a falar rigorosamente por si próprio, não pediu autorização ao resto da bancada, não falou com ela sobre isto, e só agora é que teve oportunidade de dizer porque tinha interpelado a Mesa, mas porque estavam em dia de festa não tinha querido estragar-lhes a festa. Respeita a democracia, quem votou, votou. As maiorias são para governar. E, então, voltava a interpelar porque, depois, o senhor Presidente tinha dito imediatamente que ele é que estava a gerir a mesa. Fez-lhe lembrar um sketch de Herman José "Eu é que sou o Presidente da Junta". E, assim sendo, não gostou e abandonou. A questão é que se devia respeitar mais as pessoas que lutaram pelo 25 de abril. E devia respeitar-se muito mais as questões das votações e das escolhas, sem se ser coagidos absolutamente porque Vila Real de Santo António tem este historial tão grande de democracia, de liberdade e de luta contra opressões, que ele recusava-se perfeitamente. De qualquer dos modos, como democrata, vai aceitar perfeitamente, se bem que a Mesa não deixa de ser minorizada. -----

O Sr. Deputado Municipal **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** quis referir algumas coisas que tinham vindo a referir ao longo deste mandato e dos outros anteriores, porque esta história repete-se em Vila Real de Santo António cada vez que há tentativa e a concretização de qualquer coisa de novo. E ia lembrar algumas coisas já do passado, toda a gente se devia lembrar, pelo menos os que têm cá estado nos últimos anos, e recentemente foi a questão do passadiço. Estava o passadiço no princípio, aqui d'el rei, que era nas redes

sociais, era por todo o lado, toda a gente a criticar o passadiço. Quando o passadiço terminou, afinal já não era tão mau assim e já toda a gente passou a achar que o passadiço era uma obra muito interessante, era uma obra muito bonita e que tinha dado visibilidade e tinha dado um outro tom à praia de Monte Gordo. Devia lembrar que, aqui há mais uns anos atrás, quando se fez pela primeira vez o Mundialito, toda a gente criticava porque era uma coisa de moços e que era muito mais interessante quando havia o torneio em que vinha cá jogar o Benfica e que trazia muito mais gente e que aquilo era uma coisa de moços e que não interessava a ninguém. O resultado é que, logo no primeiro ano em que o Mundialito se fez, já toda a gente queria que, se o Mundialito pudesse ser todos os meses, também não era má ideia. Depois, lembra-se também do que muita gente dizia da entrada norte de Vila Real quando foi requalificada, em que os espanhóis iam deixar de cá vir, porque os espanhóis não cabiam, porque a estrada era estreita, e porque havia a ciclovía e por aí fora. O mesmo se passou na estrada das Hortas. Lembra-se perfeitamente de ouvir muita gente dizer que a estrada das Hortas ia ficar ali uma obra completamente fora do contexto, que não havia cruzamento de dois carros, porque as ciclovias iam ocupar aquilo tudo e que ia ser uma desgraça para Vila Real de Santo António. Mais atrás no tempo, lembra-se, e já o disse aqui várias vezes, houve um grande evento em Vila Real de Santo António, foi pena ter durado pouco tempo, foi o das Harley-Davidson e que, lembra perfeitamente, o primeiro ano também toda a gente dizia que ia ser uma desgraça, que iam fechar os restaurantes em Monte Gordo, que vinham os motoqueiros e partiam tudo, e, afinal, ao fim do primeiro dia, toda a gente teve que se ir reabastecer porque, no primeiro dia, porque os indivíduos das Harley, aqueles bandidos que iam partir tudo, afinal, consumiram tudo o que havia e no noutro dia tiveram. Portanto, já estamos habituados a isto. E agora, caiu recentemente outra que vai, felizmente, durar pouco tempo porque em junho já vamos ver o resultado, que é, então, esse descalabro, essa coisa completamente fora desta galáxia, que é vir para ali um novo estabelecimento comercial, para ali para aquela zona, em que toda a gente fala mal daquilo, felizmente aquilo é uma obra que vai durar pouco tempo e daqui a três meses já todos vamos ver o resultado dessa obra, depois haverá sempre aqueles que metem a viola no saco, outros que não, mas, enfim a vida é assim. Agora, o que quer dizer é o seguinte: quando se diz que aquele espaço está degradado, a responsabilidade é da Câmara, a responsabilidade é da Câmara até certo ponto. Porque a responsabilidade primeira é da cidadania. E a cidadania, sabe-se perfeitamente que a cidadania, nesta terra e noutras também, não é a melhor. E aquele espaço, se se lembra bem, aquele espaço tem trinta ou

*Manu*

quarenta anos. É natural que um espaço que tem trinta ou quarenta anos, por muita requalificação que se dê, por muitas obras que se façam, por muitos remendos que se façam, é um espaço que vai, com os anos, é como as pessoas, por muitas plásticas que se façam, a pessoa vai envelhecendo, é como tudo. Há ali aquele pavilhão que tem o nome do pai do Setúbal, que, na altura em que foi feito, foi uma obra importantíssima, que, um dia, há de também ter o seu fim, como tudo. Mas temos de levar estas coisas como uma forma normal. Aqueles polidesportivos que ali estão, que ali estavam, estavam completamente degradados. Aquela zona das sebes que estão ali, por detrás, era um centro de droga. Chegou a ver ali, naquelas zonas, seringas, preservativos, montes de coisas por ali que agora, neste momento, chamam a polícia a atenção para aquilo que se passava ali, é uma zona essencialmente de crianças. Para terminar, disse o seguinte: aqueles polidesportivos, que foram destruídos, não vão desaparecer, vão ser construídos dois novos, de raiz, um deles até com teto, com telhado, portanto, vai ser semicoberto, novos, ou seja, com muito mais qualidade do que aqueles que lá estavam. Por outro lado, também ouviu dizer, porque vai ali muito àquela zona, que agora se ficou sem parque de estacionamento. É evidente que se ficou, mas, felizmente, é por três meses. É evidente que, daqui a três meses, vai surgir ali um parque de estacionamento, com mais qualidade do que aquele que ali existia e com mais espaços para estacionamento. Portanto, acha que as pessoas devem ter calma, devem esperar pelo princípio, pelo meio e pelo fim e criticar no fim. Criticar no princípio é fácil, agora, era bom que as pessoas, que criticam agora, que, no fim da obra, tivessem a honestidade e a intelectualidade de vir à praça pública dizer: enganei-me, critiquei, mas está aqui uma obra bem feita.-----

O Sr. Deputado Municipal **António Manuel Cipriano Cabrita** tomou a palavra só para dizer que no dia anterior, à noite, na segunda eliminatória do festival da canção, tinha gostado muito de uma música que era o "patati patata". E isto aplica-se perfeitamente àquilo que aquele senhor disse a respeito da tomada de posse. -----

O Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** disse que tinha uma observação e duas perguntas a fazer. A observação que gostava de fazer, recomendação, se possível, à Câmara Municipal, para, naquele espaço, ao pé da Casa Mortuária, estão ali algumas árvores que, infelizmente, não cresceram aquilo para que foram programadas, e o que acontece é que, em dias em que está muita gente, vem muita gente picada pelos pinheiros. Portanto, era bom que se tomasse algumas providências nesse sentido para se facilitar a vida às pessoas. A pergunta que tem a fazer, já agora queria dizer ao Sr. Deputado Municipal **Carlos**

**Manuel Fernandes de Almeida Lança** que, em muitas coisas que acabou de dizer, a CDU não tinha escrito nada nas redes sociais, tinha sido ele. As perguntas que tinha a fazer são as seguintes: era perguntar à Sra. Presidente se tem condições de garantir que a obra de alteração do Complexo Desportivo Municipal ainda fará com que o Complexo mantenha a excelente distinção olímpica que lhe tinha sido reconhecida. A outra pergunta que queria fazer já tem uma natureza mais estrutural, tem a ver com estes debates sobre competências que têm vindo a fazer, e que é o seguinte: o que é que tem de tão confidencial o relatório do Fundo de Apoio Municipal que a Sra. Presidente da Câmara entendeu o não entregar aos vereadores da oposição? Precisavam de obter uma resposta nesse sentido porque não gostariam de ter de usar a figura do requerimento à Mesa da Assembleia Municipal para obter diretamente do FAM esse relatório. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou à Sra. Presidente da Câmara Municipal, face ao conjunto de questões que foram colocadas, se pretendia responder. -----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse que o conjunto de questões era muito vasto e que ia tentar responder às perguntas. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu a intervenção da Sra. Presidente da Câmara Municipal porque o Sr. Deputado Municipal **Vasco Ricardo Salas Vasques** disse que tinha pedido a palavra e não lhe tinha sido concedida. Tendo confirmado que tinha sido por lapso da Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Deputado **Vasco Ricardo Salas Vasques** para encerrar o conjunto de questões colocadas neste período de antes da ordem do dia. -----

O Sr. Deputado Municipal **Vasco Ricardo Salas Vasques** disse que, em primeiro lugar, ia ler uma saudação, por parte da bancada da CDU, relativa ao Dia Internacional da Mulher que iria ser celebrado no próximo dia oito de março: “No próximo mês de março, mais concretamente no dia oito, comemora-se os cento e sessenta e um anos do acontecimento que deu origem ao Dia Internacional da Mulher. Em mil oitocentos e cinquenta e sete, operárias de uma fábrica têxtil de Nova Iorque desencadearam uma luta sem tréguas pela redução do horário de trabalho, contra a discriminação salarial e a exploração desenfreada a que estavam sujeitas. A resposta do patrão, provocando um incêndio na fábrica, levou à morte de algumas dezenas de operárias. A data passou a ser comemorada pelo mundo fora por organizações de mulheres que desabrocharam e reivindicavam a igualdade e direitos. Anos mais tarde, em mil e novecentos e dez, numa conferência em Copenhaga, por proposta de Clara Zetkin, este dia transformou-se num dia de ação na defesa da identidade e

*ilum.*  
*(H)*

emancipação das mulheres, pela igualdade e o progresso, contra discriminações e as injustiças. O dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro trouxe com ele um conjunto de direitos que proporcionaram passos alargados na luta pela emancipação das mulheres, conquistas civilizacionais importantes, transformadas em letra de lei, inscritas na Constituição da República Portuguesa que por elas continua a ser preciso lutar para que passem a constituir uma prática de cada dia. Os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal saúdam o Dia Internacional da Mulher e exortam todas as mulheres, nomeadamente as mulheres do concelho de Vila Real de Santo António, a continuar a sua luta por direitos e pela igualdade de género, que é simultaneamente um valioso contributo para a luta mais geral que temos que continuar a travar para revitalizar abril e construir um Portugal livre, democrático e soberano. Vila Real de Santo António, vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito. Os eleitos da CDU". Em segundo lugar, deu nota de um caso, que já vem sendo hábito desta Assembleia, a CDU apresentou, na passada segunda-feira, uma proposta de deliberação a esta Assembleia, relativa à situação dos CTT, proposta esta que não consta da ordem de trabalhos, da ordem do dia. Gostariam que o Sr. Presidente os esclarece acerca do porquê desta não inclusão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que não estava em condições de responder ao que o Sr. Deputado Municipal **Vasco Ricardo Salas Vasques** tinha acabado de dizer e inquiriu se esse pedido tinha sido colocado à Assembleia Municipal. Foi respondido, pelo Sr. Deputado Municipal **Vasco Ricardo Salas Vasques** que a proposta de deliberação tinha sido enviado por email. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que ia procurar esclarecer e esperava responder-lhe o mais rapidamente possível. De acordo com o próprio secretariado, não tem nota de que isso tivesse acontecido, o que não quer dizer que o problema tenha sido do Sr. Deputado, podia ser do secretariado. Não tinha conhecimento e, portanto, procuraria responder o mais rapidamente possível ao Sr. Deputado. O Sr. Deputado Municipal **Vasco Ricardo Salas Vasques** disse que era uma declaração que tinha a sua atualidade, era relativa à situação que os CTT estão a viver neste momento, a de encerramento de balcões pelo país fora, e que, poderá não estar anunciado, mas que, mais cedo ou mais tarde, poderá ter implicações aqui no concelho de Vila Real de Santo António, nomeadamente em relação ao balcão dos correios em Monte Gordo. Não está anunciado que vai fechar, mas dadas as condições que apresenta aquele balcão, apenas com um funcionário, mais cedo ou mais tarde, correrá o risco de também encerrar, da mesma forma que já encerraram outros serviços, nomeadamente a agência da Caixa Geral de Depósitos, o

- *Wm* - (72)

Posto de Turismo de Monte Gordo também não se sabe qual será o desfecho deste posto de turismo, para além de outros serviços na área da saúde e educação, etc., que a sua qualidade tem vindo a diminuir, ao longo dos anos em Vila Real, e com pouca ação por parte do poder. O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, não obstante não ter, de facto, nota desse envio sobre os CTT, acabava de ser feita a referência do Sr. Deputado ao assunto, que ficará devidamente registada em ata, e procurará responder rapidamente a essa questão, embora não tenha nota de receção do mail. -----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu ao Sr. Deputado Municipal **Vasco Ricardo Salas Vasques** as palavras que dirigiram e disse que é por isso que estão presentes mulheres, ela, como Presidente da Câmara, Vereadores e ainda Deputadas Municipais e, portanto, é um triunfo que ganharam, não lhe chama "triunfo", mas lugar que ganharam, embora haja quotas ainda, mas lá chegaremos ao desaparecimento das quotas. Relativamente às várias questões que colocaram, começando pelo Sr. Deputado Municipal **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues**, quis informar que tinha havido uma reunião de pais, em que o Sr. Deputado esteve, como pai, em que lhe perguntou diretamente essa questão e a que respondeu que não tinha conhecimento de que iria encerrar a escola. A Vereadora Carla Sabino, nessa altura - andavam em campanha - foi no início de setembro que tiveram as reuniões com os encarregados de educação, no pré-escolar, tinha sido ela própria que lá esteve. Depois, em sessão de Assembleia, também foi perguntada a mesma questão. Esta questão prende-se com uma decisão do agrupamento e estão aqui alguns professores e sabem que estas decisões são do agrupamento. São três turmas que lá existem, para o ano iriam lá só estar duas turmas e, portanto, quanto a trazer a comida, ou trazer as refeições para a escola do Farol não se torna, em termos processuais, muito eficiente. Há espaços nas outras escolas, segundo nos informaram, quer na Caldeira Alexandre, quer ainda na de Santo António, mas em princípio, as turmas ficarão ali na Caldeira Alexandre, e, portanto, a Vereadora, e muito bem, tem estado presente nas reuniões, quer com a professora Adelaide, que é a diretora do agrupamento, quer ainda com os pais. Portanto, a Vereadora nunca virou a cara e deu sempre a resposta que foi acordada, ou que foi facilitada e facultada, pela diretora do agrupamento. Relativamente às questões dos polidesportivos, já ouviu muita coisa. Quanto à cláusula nove, e não tinha aqui preciso aquilo que perguntou, é se a SONAE é que ia ficar... (o Sr. Deputado Municipal **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues**, leu a cláusula nove: "É interdito ao adjudicatário ceder a terceiros, distintos da Sociedade Modelo Continente Hipermercados SA, entidade a quem, com o consentimento da entidade adjudicante, cedeu o direito à

72 *mm*

exploração do estabelecimento, alienar a terceiros ou de qualquer modo onerar, no todo ou em parte, a concessão ou modalidade de qualquer outro negócio jurídico que visa exigir ou tenha para efeito, mesmo que indireto, idênticos resultados, salvo nos casos expressamente previstos". E quis explicar: o contrato é celebrado entre a Câmara Municipal e o adjudicatário, mas a cedência a terceiros, para aluguer, menciona que é o Modelo e Continente, é exclusivamente do Modelo e Continente, independentemente de quem o vai construir. O terceiro, ou seja, a cedência da exploração será sempre obrigatoriamente para o Modelo Continente. Pergunta: porquê? A questão é: porquê? Qual é a contrapartida para Vila Real de Santo António que isto aconteça unicamente e exclusivamente com o Modelo e Continente. É porque o Modelo e Continente, na sua opinião, por exemplo, comparativamente a um 'polónia?', não sabe se conhecem, não tem nada a ver. O Modelo e Continente não acrescenta valor.). E a Sra. **Presidente da Câmara Municipal** continuou: houve um concurso e houve várias empresas a concorrer e, entretanto, ganhou a NEUREIFEN e a NEUREIFEN ali teve a opção de escolher a SONAE. Mais uma vez, continuamos a não querer entender o que é que se vai passar ali, como ouviu, assim responde logo a todos os deputados, e acha que toda a gente que está aqui sabe o que é que se está a passar, portanto, é uma loja que tem a dimensão e que tem a área de um polidesportivo, um bocadinho mais de mil e seiscentos metros quadrados, não vai abrir mais nada. Respondendo já ao Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal**, não vai abrir mais nada, a não ser para géneros alimentares, é uma loja Bom Dia, do Continente, portanto, é uma pequena loja que tem mil e seiscentos metros quadrados. Os quarenta postos de trabalho são diretos, têm a ver também com segurança, têm a ver com a limpeza. O que é que pode dizer mais? Foi já dita tanta coisa, já a acusaram de mentirosa, de ridícula, que nem vai responder a esses comentários muito pouco abonatórios e que estamos num âmbito de democracia e, portanto, responderia a quem falasse com ela como deve ser. Os dois polidesportivos, efetivamente, estão degradados, ao longo deste tempo todo foram-se degradando, mas, também, ao longo deste tempo todo, já lá vão quarenta e tal anos, desde que entraram, não querem dizer que fizeram o melhor, porque não fizeram, não têm de dizer que são os melhores. Tinha o pelouro do desporto, e continua a ter, várias vezes, fizeram impermeabilizações, varias vezes pintaram, várias vezes fizeram o arranjo da vedação, que a toda a hora era partida, que a toda a hora era vandalizada. De todas as pessoas que estão aqui, realmente o Sr. Deputado Municipal **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** tinha razão: era uma questão de cidadania, que pegavam, entravam, voltava-

se a tirar, voltava-se a pintar. Foram feitos vários arranjos ao longo destes anos todos. Se podem fazer uns equipamentos melhores, por que não? Sendo que um é semicoberto e outro é descoberto. E o que ouviu mais sobre esta questão, para encerrar, disse que tinha sido perguntado se estes equipamentos vão tirar notoriedade ao Complexo Desportivo em termos de Desporto. Disse que cada vez mais, e felizmente, ainda bem que sim, como ao longo de todos executivos foram aumentando a capacidade de atrair mais desportistas, continuamos a estar no Centro de Alto Rendimento, continuamos a ser contactados por mais modalidades, não quer dizer que sejam os melhores, diz isto ao Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz**, melhores ou piores, estão agora numa fase boa, onde estão a ser contactados por outras modalidades, por exemplo, agora o rugby, está a querer vir cá estagiar, várias equipas de rugby, continuamos com o atletismo porque com este dinheiro, parte deste dinheiro foi utilizado para, não só fazer o retopping, ali de uma zona de duas pistas, foi também pintado o estádio que já precisava, vai ser ainda, vão tentar melhorar também a zona da bancada que tem a pala, fizeram os equipamentos infantis e geriátricos, está a precisar ali de um arranjo diferente junto à Casa Mortuária, se bem que seja que os miúdos utilizam muito e muito bem este equipamento e, com isto tudo, disse que não vai abrir lá mais nada, não vai abrir as Wortens, nem as Wells, nem todas as lojas que estão associadas ao Continente, mas isto é, com uma superfície de mil e quinhentos ou mil e seiscentos metros quadrados, não dá para abrir muito mais do que isto. Quanto ao resto dos negócios, pois iremos ver que, se calhar, até se pode facilitar e pode haver mais competitividade em termos de preços e que até possa mudar, como em todo o lado. Nunca viu tanta conversa por causa de uma loja de pequenas dimensões para um Continente. Se fosse um Continente de grandes dimensões, com os vários comércios que estão associados, tudo muito bem, vamos ver, o tempo o dirá. Relativamente a esta questão do FAM, não têm qualquer problema, referindo-se ao Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz**, em dar o relatório. O relatório está plasmado numa página que é o Fundo de Apoio Municipal.gov.pt, Tem havido reuniões com o FAM, mas, de todos os relatórios, só um há que é público e está neste Fundo de Apoio Municipal.gov.pt. Também ouviu aí dizer que iam fechar o Posto de Turismo de Monte Gordo. Já referiu, quer em sede de sessão de Câmara, quer em sede de Assembleia, já falou com a RTA e vai haver lá um espaço cedido pela Câmara Municipal para que o Posto de Turismo se mantenha em Monte Gordo, uma vez que já existe cá, e manter os dois postos de trabalho. Respondendo ao Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição**, disse que a paragem da Eva tinha de ter um arranjo,

② *unm.*

mas estava a haver um concurso intermunicipal de transportes e estavam a pedir dados para que este concurso seja feito intermunicipalmente. E, a partir daí, estão a pedir alguns pontos para arranjar, onde é que serão as paragens, onde poderá haver elementos de paragem, e, nessa altura, terá tudo de ser remodelado, quem ganhar este concurso. Quanto aos jardins de Monte Gordo, realmente a Soares da Costa é que iniciou a obra e, claro que todos sabem disto, a Soares da Costa inicia a obra tal como abandonou a ponte do Guadiana, também houve uma reunião, ao fim de muito tempo, pediu uma reunião porque a obra estava a atrasar muito e, ao fim de dois meses, foi a Lisboa e disseram-lhe que durante quatro dias lhe fariam a resposta. Como sabem, passou algum tempo, o valor da obra, para eles, torna-se já quase insignificante, havia suas hipóteses: ou lançava-se um concurso novo ou seguia-se a posição. Seguiu-se a posição, chegaram agora a acordo com a MAJA, que é a empresa que vai agarrar novamente esta obra e começaram a pôr os jardins para pôr a zona nascente e, portanto, vão retomar a obra e sabe-se que está já a começar a obra, ali no calçadão, para fazer as infraestruturas dos apoios de praia. Ao Sr. Deputado Municipal **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** respondeu que realmente, é verdade, que havia um contrato de prestação de serviços do Sr. João Rodrigues, antigo Vereador, e é essencialmente para preparar um plano, que está já a ser feito, há uma reunião de espaço público e de licenciamentos que tem a ver com essa zona toda, com a transformação do espaço público, entre Câmara e SGU, onde vai ser programado um conjunto de trabalhos por espaço de três anos. Quer-se implementar o mais breve possível e, portanto estas reuniões estão a decorrer com o Vereador do pelouro e com todo o pessoal da SGU que controla o espaço público, em Monte Gordo, e onde o Sr. João Rodrigues, como o Sr. Deputado Municipal **Henrique da Encarnação Mascarenhas Bonança** diz, também está a trabalhar e está a programar e é ele que vai fazer todo este trabalho. Quanto à Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques**, apresentou um requerimento com muitos pontos, depois responderá e entregará à Mesa todas essas respostas. Aludindo à prestação de serviços de que falou, está a referir-se ao Sr. Eng. Livramento. A Sra. deputada pode dizer que o relatório está obsoleto, mas acha que não, tem todas as questões lá plasmadas, que o senhor está a desenvolver, poderia ter feito anualmente, não o fez e, se calhar, plasmou ali tudo o que já fez ao longo destes anos. É uma pessoa que está sistematicamente, está diariamente a colaborar com a Câmara e, portanto, um dia, se quiserem, atualiza o relatório, agora dizer que está obsoleto e falar assim do trabalho de uma pessoa que já tem uma certa idade! Quanto ao Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** tem muita razão no atraso dos

requerimentos que colocou e disse que, na próxima assembleia, será entregue finalmente a resposta. Está em reuniões com a ESSE, mas isso não tem nada a ver com as questões que foram colocadas no seu requerimento e, portanto, fará chegar ao Presidente da Assembleia, por isso é que o Presidente não sabia, por que é que não foi entregue. Pode apontar que, na próxima Assembleia, dará a resposta, relativamente ao filme e ao estacionamento. Referiu-se ainda à questão da luz do campo sintético de Vila Real, o pequenino, com esta questão da obra, momentaneamente, a luz foi abaixo, mas, entretanto, rapidamente vai ser reposta. Quanto à da Catalunha, está a tentar ali protocolar com a Junta de Freguesia de Monte Gordo para que seja feita a manutenção, através da Junta de Freguesia de Monte Gordo, com a colaboração da Câmara Municipal, e aí tentar manter até com melhores condições porque também há muito vandalismo nesse campo. Quanto às luzes do Centro de Saúde, como em vários pontos da cidade, quer de Cacela quer de Monte Gordo, todos estes pedidos são feitos à EDP e demora sempre algum tempo. Quanto às lombas e às passadeiras, isso era uma constatação, deu razão às observações dos senhores deputados e, portanto, disse que iam tentar que iam ser avivadas, não era uma questão de falta de dinheiro, porque isso era uma questão essencial, mesmo que se esteja muito mal, nunca iam de deixar de dar as refeições aos miúdos nem de atender às necessidades básicas. -----

A Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que faltava responder à questão da reabilitação do Hotel Guadiana e, referindo-se ao relatório, precisamente por o senhor já ter uma certa idade, afirmou não avançar mais, mas podia dizer que o senhor fala que continua a faltar, no edifício da Casa da Câmara, um técnico responsável pelo funcionamento, quando este técnico deixou de existir em dois mil e treze, segundo a lei, este senhor classifica o Centro Cultural como uma classe energética G, quando ela termina na F, nem vai adiantar mais porque o relatório é de dois mil e quinze a dois mil e dezassete e está baseado em legislação de 79/2006 e, precisamente por o senhor ter uma certa idade, é que não avançou mais e pediu que prestassem atenção a isto. -----

O Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** disse, Indicando a Sra. Vereadora Carla Sabino, que era do seu conhecimento que um certo estabelecimento, ali nas Hortas, tinha recebido uma contraordenação da Câmara, de cento e cinquenta euros, por não ter o papel do horário no toldo e que estava assinado "Carla Sabino", aliás a pessoa em causa, no dia seguinte, ia pagar a multa, agora, queria perguntar, foi ver os outros cafés do concelho, todos não: eram muitos, mais ninguém tem, mais ninguém se queixou. Porquê

esta situação? O melhor era o fiscal da Câmara aparecer por lá a indicar ao rapaz: olha, tens que pôr o papel do horário ou, se não, levas uma multa. -----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse que a Vereadora Carla Sabino, de certeza, que não é porque quem tem o espaço público é aqui o Vereador Luís Romão, ou então será Conceição Cabrita, que era a Presidente. A Sra. Vereadora Carla Sabino não tem essa competência. Se calhar, o Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Calvinho Conceição** deveria verificar novamente o nome, não há aqui nenhuma perseguição e, portanto, devia haver aí algum engano. Quanto à Sra. Deputada Municipal **Sónia Isabel Pereira Vasques** disse que todo o resto que lhe perguntou irá ser por escrito porque agora não tinha cabeça para tanta coisa e, relativamente ao Hotel Guadiana, não havia ali nenhum mistério. Felizmente estava ali tudo bonito e devem visitar e vale a pena visitar, quando for aberto. Relativamente ao outro assunto, disse que não tinha conhecimentos a nível da eletricidade ou eletrónica para lhe estar a responder a essas questões. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem Dia e apresentou os pontos: 1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; 2. DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – MANDATO 2017/2021; 3. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018; 4. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

#### 1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida no período compreendido entre a última Assembleia e a presente sessão foi enviada por mail aos líderes de cada uma das bancadas, nomeadamente várias correspondências do grupo parlamentar do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista Os Verdes; correspondência recebida do Sr. Hugo Pena, nomeadamente um mail sobre o Movimento de Cidadania dos Utentes da EN125 do Sotavento, relativo a uma petição que se encontra neste momento em fase de recolha de subscrições; da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o relatório de Atividades relativo a dois mil e dezoito; do Sr. Deputado Alexandre Hermínio Drago Madeira, da bancada do PSD, a Mesa recebeu ofício a solicitar suspensão do seu mandato por período de trezentos e sessenta e cinco dias. O substituto, nos termos legais, pelo período indicado, será o Sr. Deputado António José Cardoso Gomes. A Assembleia procedeu já às devidas notificações, em conformidade. Da Câmara Municipal, a Mesa da Assembleia recebeu

*Wm* (76)

também, para conhecimento das bancadas, elementos relativos a um alargado número de processos, dezassete processos. Os processos recebidos da Câmara Municipal, para conhecimento, foram distribuídos pelas bancadas, nomeadamente: -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE – CC1879/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE – CC1862/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DO PATRIMÓNIO CULTURAL 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DO APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA A MONITORIZAÇÃO DO PAM – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TURISMO E HISTÓRIA 2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE- 1863/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE- 1864/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE- 1866/2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE NA MODALIDADE DE AVENÇA - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, A ENTIDADE EXTERNA – RENOVAÇÃO 2017 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DE ALUNOS DE PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLA DE VRSA, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TERAPIA DA FALA, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----

*70* *univ.*

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM CRAINÇAS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA CULTURAL, NA MODALIDADE DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; -----
- INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M.S.A. EM JUNHO DE 2017. -----

## **2. DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – MANDATO 2017/2021; -----**

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Mesa da Assembleia tinha recebido um ofício da Câmara Municipal em que se solicitava a designação, por parte das bancadas, dos respetivos representantes no Conselho Municipal de Juventude. Nos termos do respetivo regulamento, cada bancada deveria indicar um membro, tal como decorre do regulamento. Esse representante de cada bancada será um membro da Assembleia Municipal. O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou às bancadas se estavam em condições de indicar um nome para esta representação ou se o fariam depois.-----


Pela bancada do PSD foi indicada **Vera Lúcia Romão Corvo**, pela bancada do PS, **Ricardo José Madeira Cipriano**, e pela bancada da CDU, **Luís Filipe da Palma P. Rodrigues**. -----

## **3. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018; -----**

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** introduziu este ponto, informando que era uma proposta da Sra. Presidente da Câmara Municipal, apresentada em sessão de Câmara Municipal, a dezasseis de janeiro de dois mil e dezoito, e tinha sido aprovada por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Cristina Mira, Célia Paz e Álvaro Leal. -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** e disse que queria apenas indicar o sentido de voto da CDU e explicitar. Declarou que a CDU ia abster-se, como fez na Câmara Municipal, com a consciência de que este lucro que a Câmara ia receber, e abrir na verba das receitas a respetiva rubrica para receber, é todo feito em nosso prejuízo, ou seja, recebemos seiscentos e sessenta e um euros de lucro do Fundo de Apoio Municipal e pagamos mais de um milhão-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA**, com as abstenções das bancadas do **PS** e da **CDU**. -----

*Wmm* 

#### 4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

O Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** colocou uma questão sobre a parte do relatório correspondente à divisão da Ação Social. Disse que estava elencado um conjunto de atividades feitas e uma boa parte delas está valorizada. Referiu, em concreto, no apoio ao arrendamento habitacional, em que se diz: “procedeu-se à análise de quinze (15) candidaturas apresentados pelas famílias, realizaram-se visitas domiciliárias (primeiras visitas e revisões semestrais) e redigiram-se os respetivos relatórios... deu-se continuidade à celebração de planos de inserção socioprofissional... Foi ainda feito, o acompanhamento social das famílias beneficiárias desta medida social. No período em análise, foi disponibilizada uma verba no valor de 11.586,53 €. De realçar que, atualmente beneficiam desta medida cento e seis (106) agregados familiares”. A questão é que o Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierres Setúbal** disse ter ficado sem perceber qual foi o período em análise, porque nas outras rubricas, a título informativo diz, por exemplo, entre “vinte e dois de novembro e dezasseis de fevereiro”, noutro caso diz que é “no ano de dois mil e dezassete despendeu-se” e aqui não refere o prazo, o período. Queria saber se esta verba corresponde a um ano, quantos meses e se é para os cento e seis agregados. -----

O Sr. Deputado Municipal **José Estevão Correia da Cruz** disse que da última vez que tinha apreciado com calma um relatório da Sra. Presidente, viu que havia lá muitas páginas e muitas páginas, vinte e seis ou qualquer coisa do género, com assuntos que têm a ver com os serviços municipais e então resolveu nesta assembleia fazer uma apreciação aprofundada do que lá estava, e que merece, e quis elencar, diz ser rápido, dois minutos e qualquer coisa, uma série de perguntas que ia deixar na Mesa para a Câmara Municipal, se for possível, lhe dar respostas na próxima assembleia. Seria importante que esta informação sobre resíduos sólidos fosse complementada com os seguintes valores: quanto custou ao município a recolha de resíduos em dois mil e quinze, dois mil e dezasseis e, até março de dois mil e dezassete, apurados os gastos dos próprios serviços na data anterior à de concessão. E, depois, quanto custou ao município a recolha de resíduos, após essa data, e até dezembro de dois mil e dezassete, aumentada do valor de concessão. Isto é para fazer ver, porque está ali uma informação sobre os custos, mas não está o balanço onde se possa ver, se sim ou não, a concessão foi positiva ou negativa, para o município. Depois, quanto custou ao município a recolha por parte da Ecoambiente. Quanto cobrou a SGU em dois mil e quinze,

72 *man*

dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete aos munícipes com a taxa de resíduos sólidos. Durante um ano, a atividade de recolha de resíduos não ultrapassa as mil toneladas e junho e setembro sobe às mil e quinhentas e em julho e agosto aproxima-se das duas mil e quinhentas. Confirmando com estes números, tal como, às vezes, se faz as contas também com o cálculos dos papos-secos que se consomem no concelho, da sazonalidade que continua a haver no alojamento hoteleiro e é de notar que, se Vila Real de Santo António não tivesse turismo, tinha menos, no pico, mil e quinhentas toneladas de resíduos sólidos. Portanto, é para termos uma ideia e vermos como é que são estas contas. Porque é que aí nesses gráficos aparece drasticamente reduzidos os resíduos verdes encaminhados para a compostagem e aumentado o valor depositado no aterro sanitário nos últimos três anos. Era importante que a Sra. Presidente mandasse apurar para bem da gestão municipal. Verifica-se que, entre dois mil e doze e dois mil e dezassete, não há uma evolução positiva na recolha dos resíduos destinados à reciclagem. Qual é a leitura que a Câmara Municipal retira deste facto? No plano das embalagens recicladas, há também uma queda acentuada: o vidro está em queda nos últimos três anos. E, depois, finalmente, existe um relatório de obras com os custos por administração direta. Sem uma estimativa, pelos serviços, de quanto custariam tais obras, se adjudicadas, tendem as obras de administração direta do município a serem consideradas como custos, quanto, na realidade, podem significar poupanças no investimento. E disse entregar o texto à Mesa para que pudesse responder logo que possa. –

**A Presidente da Câmara Municipal** prestou esclarecimentos. Segundo o relatório, o período a que se referiu o Sr. Deputado Municipal **Rui João Gutierrez Setúbal** é de um de janeiro até agora, e estas quinze famílias são novas candidaturas, de um de janeiro até agora, e estas cento e seis são aquelas que apoiamos há mais tempo, podemos ir até três anos de apoio, portanto, isto é o total de agregados familiares apoiados, cento e seis, sendo que estes quinze são os novos processos que entraram de janeiro até agora. A verba é de janeiro até agora envolvendo os cento e seis agregados apoiados. A Sra. Presidente **da Câmara Municipal** entregou à Mesa um resumo fotográfico da história do Complexo Desportivo, sendo para entregar um exemplar a cada bancada e um para a Mesa. Este documento tem alguns assuntos importantes da nossa história, do Complexo Desportivo, e fica para que nunca se descure o futuro e se olhe o passado. -----

*unm, (70)*

Passou-se ao **período de intervenção do público**. O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que quem interviesse deveria apresentar-se para ficar o seu nome em ata e que disporia de três minutos para a intervenção. -----

Registou-se a intervenção dos munícipes **António José Fernandes, Hugo Pena, Paulo Silva e Beatriz Conceição**. -----

**António José Fernandes** disse que se dirigia à Assembleia como cidadão e como membro efetivo do Movimento de Cidadania de Utentes da EN125. E é nesse sentido que está aqui, juntamente com **Hugo Pena**, para transmitir essa mensagem e apelar ao bom senso, e ao bom senso de todos os cidadãos de Vila Real de Santo António, e de todos os visitantes e de todos os utentes. Já o tinham feito na Câmara Municipal, que tiveram toda a receção e aí a unificação e era nesse sentido que estavam aqui. Queriam ver, de uma vez por todas, pelo menos uma vez, a unificação de todos os vila-realenses no sentido de uma causa, que é a EN125, e foi pena de aqui nas bancadas não o terem feito, mas, no âmbito do complemento da cidadania, estavam cá para ajudar nesse sentido, já o tinham feito junto dos senhores deputados em representação do Algarve e voltarão a fazê-lo em todo o sentido, junto das empresas e nas entidades empresariais, de cidadania, movimentos associativos, para que todos se unam de uma só vez e a uma só voz pelo Algarve e o Sotavento. Pensa que as situações apresentadas, então, em dois mil e dezassete, no âmbito da unificação e do trabalho efetuado nas obras de Vila Real de Santo António, no sentido Olhão – Vila Real de Santo António não estão, ou foram agendadas, não estão previstas no âmbito do curto espaço necessário à utilização da mesma. E hoje temos aqui o índice, e esta semana vai ser a prova, com o desencadear da chuva que se prevê, que aí vem, e que é uma necessidade e um bem para todos, pensam que, infelizmente que, nas próximas semanas, ou, a partir das próximas duas semanas, o que está de previsão de chuva, vai ser impossível transitar nesse troço. E era nesse sentido que vinha aqui. Têm a sua petição em papel que poderá ser assinada por todos e sabe que, no âmbito de online, já muitos o fizeram e pedem a todos que, nesse sentido, participem passando a mensagem para os amigos, famílias, conhecidos, vizinhos e começando a levar isto mais longe. Esperam umas quatro mil assinaturas. Tem sido um record para eles, em três semanas, quatro mil assinaturas não é fácil, mas com empenho de todos e na cooperação de todos, de Faro até Vila Real de Santo António, de todo o país, têm tido essa unificação e essa solidariedade e é nesse sentido que apela a todos, do bem comum, e que é para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Hugo Pena declarou que, no seguimento do que fora dito por António José Fernandes, gostaria de entregar à Mesa, principalmente à pessoa da Sra. Presidente, uma solicitação do seu movimento. Não a ia ler porque é um bocado extensa, só tem três minutos, como ainda quer dizer qualquer coisa, depois, se for possível entregar, gostaria de o fazer. Relativamente ao outro tema que o traz aqui, não sabe se isso já foi aqui abordado ou não, realmente é a primeira vez que vem aqui à Assembleia de Vila Real de Santo António e não sabe se já foi feito aqui algum comentário sobre isso, mas aquilo que quer dizer tem a ver com os estacionamento pagos e algumas situações que não estão, na sua ótica, dentro daquilo que é a legislação em vigor. Não está aqui a pôr em causa se os estacionamento pagos são bons, se são maus, não é essa aqui a sua competência, longe dele estar aqui a dizer ou a dar a sua opinião. É apenas dizer o seguinte: esses estacionamento pagos estão, nalguns casos, a infringir aquilo que é algumas normas do código da estrada. Já tinha tido a oportunidade falar pessoalmente com o Sr. Vereador Luís Romão. Ele disse-lhe, isto é verdade, que fizesse uma carta ou um email e que enviasse para a Câmara ou para a Junta de Freguesia e não o fez. Não o fez porque achou que provavelmente aqui seria o local mais adequado para o fazer e, como estava a pensar cá vir, pensou fazê-lo aqui diretamente. E aquilo que quer dizer é o seguinte: o Código da Estrada, no seu artigo quadragésimo nono, nalgum dos pontos, diz que é proibido parar e estacionar a menos de cinco metros dos cruzamentos, entroncamentos ou rotundas dentro das localidades. Acontece que há muitos lugares de estacionamento pago em que está a transgredir essa lei, o que faz com que as pessoas, que queiram mudar de direção à direita ou à esquerda, muitas vezes, vêm-se impossibilitadas de o fazer, ou, então, fazem-no com muita dificuldade, pondo em risco a segurança dos veículos que aí estão estacionados e também do seu próprio veículo, ou mesmo das pessoas que queiram atravessar a faixa de rodagem. Pensa que é uma situação a ser tratada, nomeadamente, também os estacionamento que estão marcados pagos, a menos de cinco metros antes de uma passagem de peões, o Código de Estrada também proíbe: a paragem e o estacionamento a menos de cinco metros, antes das passagens de peões, precisamente para que esses veículos aí estacionados não retirem a visibilidade àqueles que estão a aproximar-se da passadeira e que podem pôr em perigo alguns peões que eventualmente queiram atravessar. Julga que era importante ter isso em atenção, não sabe se já está alguma coisa a ser feita, relativamente a isso, mas também não sabe e, com a toda a sinceridade diz, não sabe se os interesses camarários, os interesses concelhios, os interesses autárquicos, não sabe se se podem sobrepor à legislação, acha que não, não sabe,

à legislação do Código de Estrada, pensa que não, não faz aqui nenhum juízo, mas acha que não e acha que era importante, em primeiro lugar, dar segurança às pessoas do que a qualquer interesse, seja ele político, partidário ou monetário. Era só mesmo isso que ele queria deixar. -----

**Paulo Silva** disse que a questão que trazia era muito simples. É pai, está aqui na qualidade de cidadão, falou à sua filha que, ali no Complexo Desportivo, na área verde, estavam a cortar árvores, passou de carro com os seus filhos, costuma jogar futebol ali, praticar desporto, viveu ali e a questão é muito simples que faz à Sra. Presidente: vai comemorar o dia da árvore, no dia vinte e um de março? Vai às escolas plantar árvores no dia vinte e um de março, depois de tudo aquilo que tinha assistido? Segundo ponto, que gostaria de colocar à Sra. Presidente: se acha que não tinha capacidade para gerir dois campos desportivos, acha que irá ter, nos próximos dois campos desportivos, os dois próximos que a senhora compromete-se a fazer, a senhora vai ter capacidade de assegurar a sua manutenção? Outra questão: está provado o benefício económico daquela área comercial? Acha que não. Deu o seu caso: é da Madeira, nasceu na ilha da Madeira, veio viver para aqui e o que o atraiu foi aquele Complexo Desportivo, foi aquela área verde. E o dinheiro que já deu a ganhar à cidade? Muito. Comprou uma casa, ainda há pouco tempo, ao senhor Carlos Lança, que esteve envolvido no negócio, e fixou-se aqui, ele já não se lembra, mas lembra-se ele. Está aqui, deixou dinheiro aqui para a cidade, compra bens nos supermercados, paga os seus impostos, tem contribuído para a economia local, para além de ser professor, em termos de cidadania, ganhou, em termos de escolas, quatro galardões ambientais, na escola de Vila Nova de Cacela, ganhou, há pouco tempo, um prémio da Ecoescolas pelo trabalho de qualidade que assegurou a nível nacional, reconhecido, gostaria de perguntar se, quando deitam tantas árvores abaixo, quando colocam em causa os filhos dos cidadãos, gostaria de perguntar se contabilizaram essa situação, se sabem o benefício dos espaços verdes para a saúde. Ele próprio sabe responder porque teve um acidente de mota e fez a sua reabilitação nesta área verde e ficou provado, que agora corre que nem um cavalo, que ficou com um tendão magoado, lesionado, e a verdade é que recuperou porque esta área verde, para além de ser um pulmão indispensável à cidade, aconteceu outra coisa que também gostaria de frisar: é que estamos a colocar em causa o futuro das novas gerações, estamos a falar de crianças que iam brincar para aquela zona, e aquilo que pergunta é: isso foi estudado? Isso foi salvaguardado, essa questão? O Sr. Carlos Lança diz: daqui a três meses, vamos dar os

72

parabéns pela obra! Pergunta ao Sr. Carlos Lança se, daqui a três meses, também vai dar a mão à palmatória, se as coisas não correrem bem.-----

**Beatriz Conceição** disse que era do conhecimento da Câmara que o pavimento da escola de Vila Real de Santo António não era adequado para a realização de Educação Física, já tinha sido reposta a pista principal, era verdade, ainda está brita na semicoberta e no campo de vólei, para além de que não conseguem dar resposta às quantidades de turmas que têm Educação Física ao mesmo tempo, mas a sua pergunta é: a Câmara, supostamente, não deveria dar uma solução a essa parte da escola que não funciona tão bem, apesar de ser a Parque Escolar que deve assegurar isso, a Câmara, supostamente, vai para a escola a dizer: “nós queremos ajudar”, isso sim, tudo bem, mas depois, não apoia nessas iniciativas a escola com torneios, para além de que, ela nos seus dois tempos nunca os faz na escola, porque tem de fazer Educação Física fora da escola, tanto nos Bombeiros como no Complexo Desportivo e, agora, esse espaço foi jogado abaixo e quer perguntar quando é que tencionam reconstruir esses dois polidesportivos de que, ainda há bocado, conversavam. -----

O Sr. Deputado Municipal **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** quis ter o uso da palavra porque o Sr. Paulo Silva tinha falado diretamente para ele. E disse querer falar diretamente para ele também. Afirmou que não tinha pruridos nenhuns, nenhuns, nenhuns em dar a mão à palmatória, já tinha dado muitas vezes, até estava um bocado rouco dos sapos que engolia todos os dias, portanto, não tinha problema nenhum. Agora, o que achava é o seguinte: pelos projetos que tem visto disto, não é, assim, uma tragédia tão grande aquelas árvores que se deitam abaixo porque deitam-se umas e põem-se outras. Agora, aquilo que o Sr. Paulo Silva estava a dizer do “pulmão”, isto não era o pulmão, o que se deitou abaixo não era o pulmão, não sabia quantas árvores foram deitadas abaixo, mas o Sr. Paulo Silva também não saberia quantas seriam plantadas e concluiu dizendo que, se aquilo ficasse assim, não teria problema nenhum em dar a mão à palmatória. -----

A Sra. **Presidente da Câmara Municipal** disse que tinha tomado atenção, e já tinha falado por outros meios sobre estas questões, já tinha falado com a ESSE relativamente a esta questão do Código da Estrada e, se estavam a infringir algumas normas, estavam a tentar corrigir, caso estivessem fora das normas. Relativamente ao Paulo Silva, que era seu colega na Escola Secundária, queria dizer que iria, sim senhor, porque não tem qualquer problema, no dia vinte e um de março, e mesmo que apareça uma manifestação contra ela, não tem qualquer problema porque não deu cabo de “pulmão” nenhum e foram abaixo dez árvores, uma parte de pinheiros mansos e outra parte de outras espécies, como o Sr. Paulo Silva

sabia, ela era Geóloga e ele era de Biologia e, então sabia melhor do que ela. Disse-lhe que o “pulmão” que foi deitado abaixo foi um mini pulmão, que seria um alvéolo pulmonar, se se vai para a Biologia, seria um alvéolo pulmonar, e perguntou-lhe ainda se tinha ido lá passear muito com os seus filhos. Agradeceu a intervenção da Beatriz Conceição, achava muito bom os jovens estarem cá e colocarem este tipo de questões, e disse que as Câmaras, as três Câmaras, porque se trata de uma Escola Secundária que servia os três concelhos de Castro Marim, Alcoutim e Vila Real, já colaboraram com a pavimentação, ali o pavimento que realmente não está muito bom. Houve, nos conselhos gerais, uma definição onde a Associação de Pais e os Jovens que lá estavam propuseram que as três Câmaras colaborassem e isso foi feito efetivamente, de acordo com a percentagem de alunos de cada concelho. Quanto aos polidesportivos, certamente a Beatriz Conceição teria ouvido as explicações que tinha dado sobre eles e iam começar a ser construídos. A NEUREIFEN vai entregar os polidesportivos em bruto e já estão a fazer o concurso, alguém já teria perguntado isso, e já estão a ser adquiridas as tabelas, o pavimento, tem de ser um pavimento em condições, e todo o resto dos equipamentos, as tabelas de Básquete, as balizas para o Futsal e poderá fazer desporto lá como faz na Escola Secundária. E, finalmente, agradeceu a sua intervenção da Beatriz Conceição. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** congratulou-se com a intervenção de Beatriz Conceição, frisando que não era muito normal ter gente jovem a participar na Assembleia Municipal e era, obviamente, um gosto que isso acontecesse. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que se procedesse à leitura da Ata desta sessão da Assembleia Municipal, sob a forma de minuta e que, colocada a votação, foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----


Não havendo mais nada a tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e vinte e cinquenta minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

  
(José Carlos Barros)



O Primeiro Secretário,

  
(João Manuel L. Rodrigues)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

NUMERO ENTRADA 14 / 2018

DATA 27 10 2018



Entregue em  
26.02.2018

Exmo. Senhor Presidente  
Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António  
Arq.º José Carlos Barros

Solicite-se à  
Câmara Municipal  
informação sobre  
os assuntos em

referência.  
José Carlos Barros

Vimos pelo presente e nos termos da alínea a) e d), ponto 2.º, do artigo 25.º do Regime Jurídicos das Autarquias Locais, solicitar que nos seja remetido, via email e em suporte papel, a informação/elementos abaixo descritos:

26.  
Fev.  
2018.

No âmbito dos contratos, com o(s) gabinete(s) jurídico(s) - contribuinte n.º 502289929 e a consultora Ernst & Young SA, os elementos a fornecer são:

- 1) Identificação do(s) Processo(s) objecto de cada Contrato;
- 2) Ponto de situação dos Processo – Com entrega de cópia dos acórdãos;
- 3) Datação de todos os pagamentos efectuado no âmbito de cada contrato, neste documento solicita-se a rubrica do responsável financeiro.

Contratos:

**Município de Vila Real de Santo António**

**A.M .Pereira Sáragga Leal, Oliveira, Judice e Assoc – SARL (502289929)**

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 05/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 27/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 28/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 29/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 30/2017

**VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M S.A.**

**A.M .Pereira Sáragga Leal, Oliveira, Judice e Assoc – SARL (502289929)**

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 21/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 30/2017

**VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M S.A**

**PLMJ ( 502289929)**

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 24/2017
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 25/2017

**VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M S.A.**

**Ernst & Young SA- SARL (5000912645)**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 23/2017

Quanto ao Contrato:

**VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M S.A**

**Tesaba, Lda Contrato de Prestação de Serviços n.º01/2018**

Solicita-se apenas, a entrega do caderno de encargo, deliberação do Administrador(es) Delegado(s), convite enviado a entidade, resposta da entidade ao convite, despacho/aprovação de adjudicação e despacho/aprovação de minuta de contrato.

Assembleia Municipal  
Vila Real de Santo António  
26 Fevereiro 2018



A Câmara Municipal,  
com solicitação  
de informações  
sobre o assunto.

### Relatório da Presidente

- a) Seria importante que esta informação sobre resíduos sólidos fosse completada com os seguintes valores:

*[Handwritten signature]*  
26. Fev. 2018.

1. Quanto custou ao município a recolha de resíduos em 2015, 2016 e 2017 até Março de 2017, apurado nos gastos dos próprios serviços (data anterior à concessão)
  2. Quanto custou ao município a recolha de resíduos após essa data e até Dezembro de 2017 (aumentada do valor da concessão)
- b) Quanto custou ao município a recolha por parte da ECOAMBIENTE?
- c) Quanto cobrou a SGU em 2015, 2016 e 2017 aos munícipes com a taxa de resíduos sólidos?
- d) Durante o ano, a actividade de recolha de resíduos não ultrapassa as 1000 toneladas, em Junho e Setembro sobe às 1.500 e em Julho e Agosto aproxima-se das 2.500, o que confirma a fortíssima sazonalidade do alojamento hoteleiro.
- e) Porque foram drasticamente reduzidos os resíduos verdes encaminhados para a compostagem e aumentado o valor depositado no aterro sanitário, nos últimos três anos.
- f) Verifica-se que, entre 2012 e 2017 não há evolução positiva na recolha de resíduos destinados à reciclagem. Qual é a leitura que a câmara municipal retira deste facto?

Entregue em  
mão no AM de  
26.02.2018



- g) *No plano das embalagens recicláveis há também uma queda acentuada, o vidro está em queda nos últimos três anos*
- h) Existe um relatório de obras com os custos por administração directa. Sem uma estimativa pêlos serviços de quanto custariam tais obras se adjudicadas, tendem as obras por administração directa do município a serem consideradas custos, quando na realidade podem significar poupança no investimento.

Ponto 4 - CDU

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
NUMERO ENTRADA 16/2018  
DATA 24/02/2018



Entregue em mão  
em 17 de 26.02.2018

Ata

Ex.<sup>a</sup> Senhora Presidente e Vereadores das CM de Vila Real de Santo António e homólogos de Castro Marim.

O Movimento de Cidadania dos Utentes da EN125 - Sotavento, movimento cívico, apartidário e não político, após efetuar a sua apresentação pública, vem sensibilizar e solicitar a V. Exas para a necessidade imperativa - tendo em vista a mobilidade em total segurança dos peões na circulação nas bermas - da limpeza das mesmas, bem como tapar os maiores buracos na terra batida, para que os peões não tenham de invadir e circular inseguramente dentro da faixa de rodagem, nomeadamente nos seguintes troços:

- Vila Nova de Cacela - Cevadeiras
- Cevadeiras – Altura (Rotunda do Infante)
- Altura (Rotunda do Infante) – Cruzamento da Praia Verde
- Cruzamento da Praia Verde – Rotunda da Aldeia Nova

Julgamos que se trata de uma tarefa dividida entre as autarquias, não muito complicada e com poucos recursos humanos e materiais envolvidos, mas de grande importância cívica, de compromisso e responsabilidade para com os seus munícipes.

A Requalificação da EN125, nomeadamente nos troços Olhão Nascente-Vila Nova de Cacela, Vila Nova de Cacela-Altura (Rotunda para a Via do Infante) e Altura (Rotunda para a Via do Infante)-Aldeia Nova, não tem qualquer data oficial prevista para o início dos trabalhos - a garantia foi dada no passado dia 12 de janeiro em Faro, pelo ministro Pedro Marques - e tememos que mais acidentes possam ocorrer entre peões e veículos devido às bermas estarem praticamente intransitáveis nos troços acima referidos, além do lamaçal e dos enormes buracos que algumas apresentam.

O verão aproxima-se a passos largos e aproveitamos também para solicitar a V. Exas que pressionem as entidades competentes com vista ao início célere das obras de requalificação ou, no mínimo, à minimização do estado deplorável em que se encontra grande parte do pavimento da faixa de rodagem, uma vez que nos recusamos a acreditar que o mesmo se mantenha assim, ou pior, durante mais uma época balnear.

Sem mais assunto de momento e certos que tomarão em devida consideração estas nossas, e ao mesmo tempo vossas, preocupações, subscrevemos esta nossa solicitação em nome do Movimento de Cidadania dos Utentes da EN125 - Sotavento.

Com os respeitosos cumprimentos.

Os cidadãos,

Hugo Pena  
António Fernandes  
José Domingos  
Pedro Tavares  
Amaro Antunes  
Samuel Caldeira  
Ricardo Mestre

Movimento de Cidadania



Utentes da EN125  
- Sotavento -

26/02/2018

